



MINISTÉRIO A EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ROLIM DE MOURA
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE EDUCAÇÃO DO
CAMPO
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO



LUTA E PROTAGONISMO DAS CAMPONESAS NA CONSTRUÇÃO DE “OUTROS MUNDOS POSSÍVEIS”¹

Patrícia Santos Souza²

Catiane Cinelli³

RESUMO

O presente artigo intitulado “Luta e protagonismo das camponesas na construção de “outros mundos possíveis”, trata de uma análise do trabalho das mulheres no Assentamento 14 de Agosto, município de Ariquemes (RO), como base para novas formas de vida na perspectiva da superação do patriarcado. Tem como objetivo geral apresentar o papel fundamental das mulheres na construção de novos modos de vida para o autossustento. Objetiva-se também entender se há divisão sexual do trabalho; problematizar os espaços privados da casa e; entender se as relações de gênero são igualitárias. Justifica-se pelo fato de os trabalhos domésticos serem espaços que representam manifestações machistas e que com a contribuição da vida cotidiana em organização coletiva apresenta a possibilidade de construir novas relações. A metodologia que orienta o trabalho é a pesquisa participante, envolvendo entrevistas não-estruturadas e observações participantes nos espaços de convivência das mulheres. São sujeitas da pesquisa assentadas que trabalham com agroecologia, foram seis entrevistadas, sendo três do Coletivo 14 de Agosto e três que fazem parte do assentamento. A luta feminista visa a superação do patriarcado, no caso da pesquisa a luta das mulheres se dá com a produção coletiva e a luta pela terra. A pesquisa mostrou que a organização coletiva cria possibilidades para construção de novas relações sociais.

Palavras-chave: Mulheres. Organização coletiva. Patriarcado.

¹ Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Rondônia – UNIR.

² Graduanda do Curso de Licenciatura em Educação do Campo na Universidade Federal de Rondônia (UNIR). E-mail: ps692237@gmail.com

³ Professora do Curso de Licenciatura em Educação do Campo na Universidade Federal de Rondônia (UNIR). E-mail: catiane@unir.br

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de pesquisa desenvolvida no Assentamento 14 de Agosto, município de Ariquemes, com a temática “experiência de mulheres na organização coletiva de produção como subsídio para a construção de novas relações de gênero”. Faz uma discussão com abordagem teórica do processo histórico da sociedade. Como referência trouxemos a experiência de algumas mulheres camponesas assentadas que trabalham na agroecologia como modo de vida na produção sem veneno como fonte de renda para o autossustento. O problema de pesquisa é: Qual a contribuição do trabalho coletivo realizado pelas mulheres para a construção de novas relações de igualdade em área de assentamento no município de Ariquemes/RO?

O modelo de sociedade capitalista patriarcal no campo atribui ao trabalho feminino, a desvalorização e não reconhecimento, por entender que não produz lucro, com isso, submetem as a inferioridade ao homem, sabendo que geralmente elas têm uma tripla jornada de trabalho, pois lidam com os cuidados da casa, filhos(as), participam das atividades agrícolas, da pecuária, seja qual for o trabalho que a família exerce.

Objetiva-se com esse trabalho apresentar o papel fundamental das mulheres na luta pela terra e a participação na produção de alimentos saudáveis construindo novas relações. Os objetivos específicos são: entender se há divisão sexual do trabalho; A partir da organização do trabalho, problematizar os espaços privados da casa e; entender se as relações de gênero são igualitárias.

O Interesse em estudar essa temática partiu pela observação da realidade de algumas famílias que vivem de forma autônoma na terra conquistada, trabalhando com a prática agroecológica. Diferenciando-se de muitas outras famílias que enfrentam a problemática da necessidade de vender a força de trabalho aos fazendeiros da região para sobreviver. Justifica-se pelo fato de os trabalhos domésticos serem espaços que representam manifestações machistas e que com a contribuição da vida cotidiana em organização coletiva apresenta a possibilidade de construir novas relações, por isso a opção de pesquisar mulheres que trabalham com agroecologia e organização coletiva.

Como viés metodológico para entender o processo histórico do desenvolvimento da humanidade e suas relações entre mulher e homem, a pesquisa está embasada no método do materialismo histórico dialético por compreender a figura do homem e da mulher como produto histórico, no marxismo o materialismo é a forma de explicar as coisas a partir de sua existência, desconstruindo a ideia de que as relações são naturais, dadas por natureza.

A análise da vida social deve, portanto, ser realizada através de uma perspectiva dialética que, além de procurar estabelecer as leis de mudança que regem os fenômenos, esteja fundada no estudo dos fatos concretos, a fim de expor o movimento do real em seu conjunto. (QUINTANEIRO; BARBOSA; OLIVEIRA, 2003, p. 28).

Para entender o processo produzido historicamente na sociedade construída por relações desiguais, de rico e pobre, negro e branco, homem e mulher, segundo Konder (1981) é preciso ter uma visão do conjunto, totalizadora, ou seja, compreender que os fatos são interligados, que a questão do patriarcado foi sendo construída não separadamente da política, religião, família, da economia etc. Com as mudanças da sociedade, o patriarcado não se acaba, se transforma, vai sendo manifestado de diferentes formas. Na busca de entender todo esse processo é preciso ir às raízes históricas desde os tempos primitivos aos dias de hoje, é assim a análise dialética materialista, a lei do movimento, da transformação. Dessa forma venho fazer uma abordagem teórica com autores, especialmente Muraro, que procura fazer um resgate histórico de como foi sendo construída a sociedade patriarcal.

A metodologia, ou, o caminho da pesquisa, buscou desenvolver o trabalho de campo “com objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p., 186), aproximando da pesquisa participante, “este tipo de pesquisa caracteriza-se pelo envolvimento e identificação do pesquisador com as pessoas investigadas” (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p, 40) em relevante consideração pela pesquisadora ser parte do assentamento a ser pesquisado e se identificar com a problemática da pesquisa.

As técnicas de pesquisa são entrevistas não-estruturadas, na qual o “entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. Em geral, as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversa informal” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 197), nessa técnica, as contribuições podem ser melhor esclarecidas e aprofundadas, cria-se uma espécie de conversa que deixa as entrevistadas mais à vontade ao ter o contato com quem estiver realizando o trabalho. As entrevistas foram realizadas com mulheres que exercem o trabalho na produção de alimentos orgânicos como alternativa de fonte de renda para o autossustento, atribuí a elas um roteiro de entrevista, direcionadas respectivamente às questões a respeito da divisão sexual do trabalho, com os questionamentos: se ocupa todas as funções de trabalho, desde os trabalhos reconhecidos como mais leves até os mais pesados; como é dividido o trabalho da casa, dos(as) filhos(as) e dos animais (galinha, porco, cachorro, etc.); se participa da administração da renda da produção, entre outros questionamentos que

apareceram no decorrer de cada entrevista.

As sujeitas da pesquisa são seis trabalhadoras camponesas residentes do assentamento 14 de Agosto. Três entrevistadas são integrantes do Coletivo⁴ 14 de Agosto, em que as famílias são de diferentes laços parentescos, um conjunto de sete famílias contabilizando vinte e cinco pessoas com crianças, mulheres e homens, onde são coletivizados os trabalhos, as terras e a cozinha, o resultado do trabalho é socializado. Uma das entrevistadas trabalha juntamente com a própria família, são coletivizados os trabalhos e as roças, o resultado da produção é socializado e dividido entre pai, filhas, filhos e noras, o trabalho é feito dentro da perspectiva agroecológica. As outras duas pesquisadas vivem de forma individual, fazendo parte do assentamento com trabalho baseado dentro da perspectiva agroecológica.

Além das entrevistas, foram realizadas observações participantes no convívio social, reuniões, campo de futebol, igreja, em outros espaços que interessava a pesquisa:

A observação ajuda o pesquisador a identificar e a obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento. Desempenha papel importante nos processos observacionais, no contexto da descoberta, e obriga o investigador a um contato mais direto com a realidade. É o ponto de partida da investigação social. (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 191).

Compreendo que esta técnica da observação é um complemento para a pesquisa de campo. Na entrevista, a pesquisada pode se sentir intimidada e assim, deixar importantes informações passarem despercebidas, impedindo a obtenção de dados para a pesquisa.

Foram apresentadas às pesquisadas o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, como autorização para realizar o trabalho. Os nomes das entrevistadas nas citações usados no texto são nomes fictícios para não expor a identidade das pesquisadas. Por meio desse caminho, venho apresentar essa pesquisa.

A estrutura do artigo está dividida em três seções, com algumas subseções. A primeira seção tratará de alguns elementos do desenvolvimento histórico da humanidade, desde os tempos primitivos em que as relações eram de solidariedade e partilha, transformando e construindo novas sociedades, formando outras formas de relações e o surgimento do patriarcado. A segunda seção tratará da luta pela terra contextualizando a história do campesinato brasileiro que desencadeou o surgimento dos movimentos sociais do campo fazendo um recorte para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), discutindo como propósito da pesquisa a participação das mulheres na luta pela terra no MST. Por fim, a última seção do artigo consiste na parte prática da pesquisa, estão as discussões do

⁴ Coletivo 14 de Agosto é o nome dado ao grupo de famílias que coletivizaram as terras e a cozinha para trabalhar juntos.

trabalho de campo, apresentando a forma de organização coletiva e as mulheres na produção, contando um pouco a história do Assentamento 14 de Agosto.

1.1 História de Resistência e Luta das Mulheres

Na sociedade em que vivemos muitas mulheres já conquistaram espaços na participação de diversos ambientes que antes era permitido e acessado só por homens. No trabalho ocupam cargos de relevância, participam da política, muitas se tornaram lideranças importantes, participam de atividades esportivas, entre vários outros espaços. Apesar de avanços obtidos com muitos anos de lutas que as mulheres têm alcançado na sociedade, o estereótipo empregado de fragilidade, delicadeza e submissão ainda é forte. Temos períodos na história que as mulheres foram extremamente submissas ao homem, sofriam com várias formas de violência na família e na sociedade em geral, sob proibições e presas ao âmbito privado da casa, tal submissão se apresenta ainda hoje, mas de forma dissimulada.

Nem sempre foi assim, a autora Muraro (2003) explica que houve momentos da história na sociedade primitiva, cuja relação da humanidade com a natureza era por sobrevivência, a vida dos povos baseava-se no princípio da igualdade, não havia diferenças entre homem e mulher e nem divisões de classes.

1.2 As Relações de Solidariedade na Sociedade Primitiva

Os primeiros homens e mulheres que pairavam sobre o planeta terra viviam parcialmente em árvores, pois segundo Engels (2009, p. 36) era a única forma de explicar sua sobrevivência no meio de grandes feras, alimentavam-se com frutos, nozes e raízes. Este período histórico percorreu por milênios e segundo Engels houve as primeiras articulações da linguagem para comunicação, assim foram se desenvolvendo e novas formas de alimentação foram surgindo, como o aproveitamento de peixes e a coleta de frutos.

Progressivamente a humanidade “com a nova forma de alimentação tornou-se independente do clima e do lugar e começou a pairar sobre os cursos dos rios e se espalhar pela maior parte da terra” (ENGELS, 2009, p. 36). Construindo novas formas de aprimorar a perpetuação da espécie, a descoberta do fogo e de ferramentas proporcionou a invenção das primeiras armas (a clava e a lança) e então a caça entra como um suplemento na alimentação.

Segundo o autor, com as descobertas do fogo, das ferramentas e a articulação da linguagem, a humanidade foi se fortalecendo enquanto espécie. Formaram-se grupos que

permaneciam mais tempo em locais fixos, principalmente a margens de rios onde tinha fartura de peixes, não existia estoques nem processamento dos alimentos, quando a comida ficava escassa procuravam outro lugar para coletar seus alimentos. Eram nômades, pois viviam de lugares a lugares a procura de fontes que proporcionava fartura de alimentos para o sustento, das necessidades básicas daquela época, baseada apenas no ato de comer e proteger-se de outros animais selvagens que apresentavam riscos a vida humana. Nesse período, todos viviam em comum e partilhavam tudo entre eles, “nos tempos primitivos homens e mulheres viviam em harmonia entre eles e com a natureza” (MURARO, 2003, p.83).

As mulheres na busca de alimentos foram observando que os restos de frutos jogados a beira da aldeia e do caminho iam crescendo e produzindo frutos iguais aos que colhiam, então surgiu a agricultura. “Observando o desenvolvimento da natureza perceberam que as sementes reproduzem-se; outras nasciam nos caminhos por onde andavam. Estudos revelam que as mulheres foram as que iniciaram a técnica de plantar as sementes, dando origem à agricultura” (COLLET; CIMA, 2015, p. 38). A agricultura foi uma grande descoberta que propagou para a espécie humana um salto na sua evolução.

De acordo com Engels, de início não havia relacionamento conjugal predominante como nos dias de hoje, o casamento era por grupos, nessa forma de relacionamento não havia propriedade um do outro:

O estudo da história primitiva revela-nos, em contrapartida, situações em que os homens praticam a poligamia ao mesmo tempo em que suas mulheres praticam a poliandria e, portanto, os filhos de uns e outros tinham de ser considerados comuns. Essas situações, por sua parte, ao passarem por uma série de transformações são compreendidas dentro de um processo paulatino: o círculo da união conjugal comum, que era amplo em sua origem, estreita-se pouco a pouco até que, finalmente, compreende apenas o casal isolado que hoje predomina. (ENGELS, 2009, p. 46).

Desta forma, Engels (2009) apresenta o desenvolvimento da propriedade privada na sociedade pela primeira forma da instituição a família. Se antes a mulher e o homem viviam em comum sem propriedade um do outro, agora com a família monogâmica a mulher passa a ser propriedade do marido, característica da sociedade patriarcal.

Vimos, portanto, um papel histórico muito importante das mulheres que com a sua descoberta a humanidade teve muitas possibilidades. Até então “a mulher tinha a posição privilegiada, pois era ela quem reproduzia a vida” (MURARO, 2003, p.12). Assim, na medida em que as sociedades foram se civilizando as relações entre homens e mulheres foram mudando.

1.3 O Desenvolvimento do Patriarcado

Quando os povos começaram a se fixar na terra, a mulher perde o poder privilegiado, o homem percebe o seu papel na reprodução, e na sua força superior “e usando a força física, começaram a controlar a sexualidade feminina” (MURARO, 2003, p.23). A partir de então a base da sociedade vem sendo construída pela autoridade masculina sobre a mulher que se denomina patriarcado. Como podemos ver em Engels,

[...] convertidas todas essas riquezas em propriedade particular das famílias [...] cabia ao homem providenciar a obtenção dos alimentos e os instrumentos de trabalho necessário para isso e, em decorrência, também a propriedade desses últimos. Em caso de separação, ele os levava consigo, da mesma forma que a mulher conservava seus utensílios domésticos. Assim, segundo os costumes dessa sociedade, o homem era igualmente proprietário da nova fonte de alimento, o gado e mais tarde, do novo instrumento de trabalho, o escravo. (ENGELS, 2009, p. 73).

A supremacia masculina se emerge quando o homem passa a ter domínio da propriedade, quando se rompe as relações primitivas de igualdade, na entrada do escravismo dando seguimento com o feudalismo, por sua força passa a alocar ao mundo público. Eles têm o domínio das técnicas, tornam-se guerrilheiros, enquanto isso a mulher passa a ser destinada ao mundo do privado, “a partir daí, a mulher começou a ficar totalmente submissa ao homem: não podia trabalhar fora de casa e, portanto, a subsistência era provida pelo homem e não mais por ela” (MURARO, 2003, p. 25). Engels reforça essa questão quando diz:

Com a derrocada do direito materno foi a derrotada do sexo feminino na história universal. O homem tomou posse também da direção da casa, ao passo que a mulher foi degradada, convertida em servidora, em escrava do prazer do homem e em mero instrumento de reprodução. (ENGELS, 2009, p. 75).

Desse modo, na sociedade capitalista a qual vivemos hoje, as relações são baseadas no princípio de valores capitais, que conseqüentemente constitui uma sociedade de disputa e competição reproduzindo uma sociedade com divisão de classes. Na era industrial no auge do desenvolvimento capitalista, a classe operária trabalhava nas fábricas em péssimas condições.

O patriarcado vem se fortalecendo desde então, vigorando nos vários estágios da sociedade.

A mulher estava submetida a uma dupla opressão. De um lado, estava subordinada à autoridade de seu marido dentro do casamento e, de outro lado, sofria da mesma forma que os homens, a opressão exercida sobre todo o proletariado pelos empresários capitalistas. (GONZÁLEZ, 2010, p. 51-52).

E ainda, segundo Gonzáles (2010), o grau de opressão era maior para as mulheres, recebiam salários mais baixos que chegavam a ser a metade de um salário do operário, a sua jornada de trabalho era duplicada, “trabalhavam nas fábricas como também nas minas de carvão. O carvão era o combustível de toda era industrial, e o trabalho nas minas era também

a atividade mais perigosa e a menos bem paga para as mulheres” (MURARO, 1993, p.129). Devido a essa carga de trabalho, segundo a autora, as mulheres tinham a maior taxa de mortalidade “isto porque, além de ganhar um terço que ganhavam os homens, as mulheres praticamente davam a comida disponível para os homens e as crianças. As estatísticas da época mostram que a tendência a receber comida em último lugar era a mulher trabalhadora” (Idem), assim era a mulher nos meados do século XIX, sofria com várias formas de violência, preconceitos e privadas de participar da vida social.

No Brasil colonialista as mulheres negras foram submetidas a barbáries perversas da dominação, exploração do trabalho e sexual, os homens brancos as violentavam para satisfazerem seus desejos sexuais, “transfigurava-se, assim, em processo de coisificação o papel que lhe cabia enquanto pessoa, e em criatura humana a coisa (instrumento de trabalho)” (SAFFIOTI, 2013, p. 236), dessa forma, não passavam apenas de reprodutoras.

Mas as mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas. (DAVIS, 2016, p. 25).

Dessa maneira, as mulheres negras no tempo da escravidão viviam de forma desumana. A mulher branca também era submissa ao homem. Ainda na casa dos pais a menina era reprimida pela sua autoridade, vivia sob seu domínio, casavam-se ainda adolescentes, “educadas em ambiente rigorosamente patriarcal, essas meninas-mãe escapavam ao domínio do pai para, com o casamento, caírem na esfera de domínio do marido” (SAFFIOTI, 2013, p. 241). A mulher nesse período era amplamente sufocada ao domínio do homem com apenas a posição de inútil na sociedade, seja ela branca e pior ainda para as negras, por questões raciais.

Portanto, a sociedade capitalista foi formada por tripé organizativo visto a ordem econômica regida pela elite brasileira, gênero, raça e classe vão sendo fatores interligados, a mulher quando negra e pobre sofre mais. Assim, “raça, classe e gênero como categoria de análise são fundamentais para nos ajudar a entender as bases estruturais de dominação e subordinação” na sociedade (COLLINS, 2015, p. 15).

Na sociedade contemporânea muitos costumes foram deixados para traz, ainda assim o machismo se apresenta em vários atos e de várias formas corriqueiras, em destaque a violência física e verbal contra a mulher que acontece principalmente no âmbito privado da família. É alarmante o crescente número de feminicídio no Brasil, um crime cometido apenas pelo fato de ser mulher, como explica o artigo “Dados sobre feminicídio no Brasil”.

Femicídio é o assassinato de uma mulher pela condição de ser mulher. Suas motivações mais usuais são o ódio, o desprezo ou o sentimento de perda do controle e da propriedade sobre as mulheres, comuns em sociedades marcadas pela associação de papéis discriminatórios ao feminino, como é o caso brasileiro. (ARTIGO 19, 2018, p. 2).

Assim se expressa a sociedade com base no sistema patriarcal que tem as mulheres como propriedade. Esses fatos de violência e atitudes vêm se tornando comuns, e há poucas manifestações contrárias no cotidiano da realidade, a mulher é colocada em posição de inferioridade ao homem, sujeita à obediência, objeto e dependente.

Nas conversas com alguns companheiros sobre decisões masculinas prevalecerem sempre no cotidiano das mulheres, eles dizem que não há essa relação de superioridade, para eles é igualitário, que na sociedade não existe dominação masculina, alguns nem compreendem o que é patriarcado (Diário de campo, 2019).

Dessa maneira, a desconstrução de relações patriarcais na realidade do cotidiano torna-se impossível, pelo fato dos homens não reconhecer que existem barreiras, que precisam ser quebradas para uma vivência igualitária entre homens e mulheres e assumirem como causa uma construção coletiva, que pode ser feita a partir de lutas feministas.

1.4 Elementos da Luta Feminista

Entendendo o fato determinante de gênero, raça e classe, a mulher na sociedade foi inferiorizada ao homem, somente com o papel de servir. Inconformadas com tantas injustiças, dominação e inferioridade sofridas por ser mulher, de não poder ocupar espaços públicos e igualar-se aos homens, as mulheres sempre lutaram e algumas deram origem a organização feminista, que trouxe muitas conquistas, em especial o direito ao voto. No feminismo vigora a luta por “liberdade [...] a segurança, a resistência à opressão” (CINELLI; SANTOS, 2015, p. 62).

A partir da pesquisa de campo, quando vamos discutir o feminismo é empregado a ele o contrário do machismo, ou seja, acredita-se que o feminismo é as mulheres ter o poder de dominar o homem, assim alguns homens rejeitam discutir essa questão por achar que vai perder o poder privilegiado, devendo cumprir a obediência e a servidão. Algumas mulheres também pensam o feminismo dessa forma, acreditam que é importante ter o homem sob seu domínio, veem os homens como inimigos, na verdade pensar dessa forma é uma questão de revolta por estar sempre em condição de inferioridade.

O feminismo pensado a partir da classe dominante pode ter concepções que diferenciam da luta por uma sociedade justa. Em função disso, o feminismo voltado a questões burguesas não questiona questões de raça, classe e gênero, não busca a

transformação da sociedade desigual, a sua luta é por equiparação aos homens (informação verbal)⁵.

O feminismo que nos envolve é a luta por igualdade dos seres humanos, é o respeito sem discriminação, a construção de uma sociedade justa, ou seja, a luta que envolve as questões raciais e de classe “em sua dimensão organizativa, o feminismo é a movimentação das mulheres na sociedade para fazer a luta por direitos, por mudanças, por igualdade e por justiça. Entretanto, a igualdade e a justiça que a gente quer não são possíveis nessa sociedade patriarcal, capitalista e racista; é preciso transformá-la” (CINELLI; SANTOS, 2015, p.58). A organização das mulheres em torno dessas categorias possibilita vida digna para todas as pessoas. De acordo com Cinelli e Santos (2015) o princípio feminista da solidariedade entre as mulheres é fundamental para a transformação, pois na sociedade patriarcal as mulheres são educadas a competir entre si.

Como mulheres da classe trabalhadora do campo, vivemos em torno de muitas desigualdades, visto a política econômica do agronegócio excludente que diminui os espaços ainda mais das mulheres. Analisando que as lutas populares nas pautas dos camponeses não incluíam as condições das mulheres, de acordo com Calaça, Conte e Cinelli (2018), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) desde seu surgimento, vem fazendo lutas pelos direitos das camponesas e foram muitas conquistas alcançadas. “A luta por direitos, que se estendeu da década de 1980 até o início dos anos de 1990, na qual foram conquistados direitos fundamentais, como o reconhecimento da profissão de trabalhador(a) rural na CF/1988” (CALAÇA; CONTE; CINELLI, 2018, p. 1163). Ainda, segundo as autoras, tivemos as conquistas da aposentadoria como seguradas especiais, auxílio acidente de trabalho para as camponesas e salário maternidade, devido às lutas organizadas pelo protagonismo das mulheres camponesas que temos essas conquistas hoje.

O feminismo camponês e popular vem sendo construído por mulheres do campo, da floresta e das águas, que representam a diversidade do campesinato brasileiro em oposição ao agronegócio. A defesa do rural como espaço de vida, de cultura e sobrevivência é um dos elementos constituintes e fundamentais e, ao mesmo tempo em que ele surge questionando as relações patriarcais de sexo – negadoras do protagonismo das mulheres –, problematiza e rejeita práticas do ‘modelo de agricultura’ dominante, neste momento expresso pelo agronegócio. (CALAÇA; CONTE; CINELLI, 2018, p. 1170).

Nesse sentido, o feminismo camponês é a luta contra esse modelo capitalista e patriarcal no campo.

As conquistas alcançadas hoje como direito ao voto, reconhecimento do trabalho

⁵ Minicurso “Mulheres Camponesas e Educação do Campo”, ministrado por Catiane Cinelli, em Rolim de Moura, no dia 7 de maio de 2019.

feminino e emancipação da mulher, devem-se a lutas de companheiras que enfrentaram o sistema opressor que reprimia as mulheres de viver uma vida liberta. Alexandra Kollontai foi uma das mulheres que liderou o movimento proletário da Rússia de 1905 a 1908 (GONZÁLEZ, 2010, p. 121), lutou na perspectiva marxista pela causa das mulheres da classe trabalhadora, camponesas e operárias, apesar de ser filha de família burguesa. De acordo com Gonzáles (2010, p. 125), “sustentava que a mulher deveria forjar sua personalidade e sua posição na sociedade não por meio de sua união matrimonial com um homem, mas por meio de seu trabalho, que lhe permitia ser independente e não estar atada por nenhum tipo de contrato”, assim como Kollontai muitas outras feministas lutaram na transformação da sociedade patriarcal e machista, que resultou em muitas conquistas.

Nesse sentido, ter acesso aos meios de produção para emancipar das correntes da dependência do homem e do sistema se faz necessário. Portanto, os movimentos sociais do campo têm contribuído para isso, quando os(as) sujeitos(as) envolvidos(as) se apresentam como protagonistas.

1.5 A Participação das Mulheres na Luta Pela Terra

Nessa seção trago um breve histórico do MST na luta pela terra, retratando a formação do campesinato brasileiro que desencadeou várias organizações de lutas, estando nesse processo as mulheres. A desigualdade no campo brasileiro é visível, enquanto poucos têm uma grande concentração de terras, a maioria tem quase nada. O sonho daqueles que não tem e vivem na miséria é de ter um pedaço de chão para trabalhar e viver dignamente. Essa má distribuição de terras foi sendo efetivada desde o Brasil colonial, por efeito, a organização do povo fez surgir movimentos sociais que contestasse e se colocasse em lutas para ter acesso a terra.

1.5.1 O MST e a Luta Pela Terra

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um movimento social do campo, composto por famílias sem-terra no intuito de fazer a luta por reforma agrária, para ter acesso à terra, e assim trabalhar e viver nela com dignidade. Desse modo, destemidos na luta ocupam fazendas defrontando diretamente com seu pior inimigo, os grandes latifundiários, formando os acampamentos. São homens, mulheres e crianças todos na mesma luta.

Para entender o processo de luta pela terra no Brasil e entender o surgimento do MST,

é preciso fazer um estudo do campesinato decorrente na história do país, visto que, “a história da formação do Brasil é marcada pela invasão do território indígena, pela escravidão e pela produção do território capitalista” (FERNANDES, 2000, p. 25). Como bem escreve Souza (2011, p. 165), “o processo de apropriação capitalista do espaço agrário brasileiro, no entanto, cercou a maioria das terras, excluindo, cada vez mais, os camponeses do acesso à terra e de construir seus territórios de produção e vida”.

No início da colonização quando os europeus chegaram e tomaram posse da terra que era ocupada pelos povos originários da região, foram muitos os conflitos gerados pela disputa de território. Os povos indígenas foram simplesmente expulsos de seus espaços isolando-se mata adentro e os capturados eram escravizados para trabalhar para os europeus. Assim com a chegada dos brancos além do confronto direto pela disputa de território, trouxeram consigo também muitas doenças desconhecidas, exterminando centenas de indígenas.

Com a necessidade de ampliar a mão-de-obra para o aumento da produção que já não era apenas a extração de madeira e especiarias, “a escravidão indígena foi sendo substituída pela escravidão negra, ao mesmo tempo em que a maior parte dos grupos indígenas foi quase que totalmente dizimada” (PREZIA; HOORNACRT, 1989 apud FERNANDES, 2000, p. 26). Foi assim a grande massificação de negros africanos, trazidos para trabalho escravo nas fazendas dos senhores de engenho.

Os escravos eram tratados como animais, trabalhavam exageradamente, e só recebiam uma comida miserável. Alguns negros se rebelavam contra essa forma de dominação e exploração fugindo de seus proprietários, formando os quilombos como forma de resistência à escravidão, um deles mais reconhecido da história foi o quilombo dos palmares liderado por Zumbi. Aqueles recuperados pelos senhores eram açoitados, alguns até a morte, como forma de repressão por tentarem fugir. Dessa forma, os escravos que abandonaram as fazendas ficavam à beira dos caminhos cercados pelo latifúndio marginalizados, se agrupam e assim “a maioria absoluta dos trabalhadores, ex-escravos e imigrantes, começaram a formação da categoria, que na segunda metade do século XX seria conhecida como sem-terra. Lutaram pela terra, pelo desentranhamento da terra, numa luta que vem sendo realizada até hoje” (FERNANDES, 2000, p. 28), de acordo com o autor foram essas categorias que formaram o campesinato brasileiro.

A libertação dos escravos para trabalho livre os colocou na mesma condição de miséria, só que de forma diferente porque essa classe não tinha acesso aos meios de produção e com a “lei de terras de 1850, intensificou-se o cerco às terras, bem como a grilagem e a expropriação dos posseiros” (FERNANDES, 2000, p.29). A terra, porém, ficou restrita ao

poder da nobreza, ou seja, a classe trabalhadora continuou a trabalhar para os que detinham as terras, sem perspectiva de acesso a ela.

Do momento em que o primeiro invasor europeu aportou por aqui foi estabelecido um regime expropriatório e violento de controle sobre a posse da terra [...] os índios foram os primeiros a conhecer os civilizados métodos europeus de colonização. Foram insistentes e recorrentemente desterritorializados: de suas terras, de sua cultura, de sua vida [...] entraram, também, nesse moinho, escravos africanos que, expropriado precocemente de sua liberdade, estiveram sempre muito distantes da constituição de um território próprio. Também aos imigrantes europeus que chegaram como mão-de-obra substitutiva ao trabalho escravo [...] foi negada a possibilidade de acesso à terra de trabalho. (SOUZA, 2011, p. 166).

A partir dessa realidade começa a surgir as lutas por meio de movimentos organizados por pessoas pobres marginalizadas expulsos de suas terras, lutaram contra os latifundiários proprietários, grileiros e os coronéis que dominaram o país para a conquista da terra. Foram lutas travadas contra esses detentores do poder que ficaram marcadas na história do Brasil. Desde os meados do século XX, segundo Fernandes (2000), novas organizações de enfrentamentos da luta pela terra e reforma agrária foi se intensificando como as ligas camponesas, com as diferentes formas de associações e sindicatos de trabalhadores rurais.

Com os movimentos e as ligas camponesas foram sendo realizadas lutas pela terra no Brasil. O MST nasceu fruto dessas lutas contra as formas de exploração e dominação, da concentração de terras nas mãos de uma só pessoa, deixando várias outras sem um pedaço para viver dignamente.

Nesse sentido, a gestação da luta do MST pela terra iniciou-se em 1979 com a ocupação da fazenda Macali no Rio Grande do Sul, “o espaço aberto para esse processo foi a CPT, sem a qual, em anos de ditadura, o movimento não teria nascido” (MORISSAWA, 2001, p. 123). A partir de então, centenas de trabalhadores se organizam para ocupar terras improdutivas, os objetivos do movimento se envolvem em “lutar pela reforma agrária popular; lutar por uma sociedade justa, fraterna e acabar com o capitalismo; integrar à categoria dos sem-terra: trabalhadores rurais, arrendatários, meeiros, pequenos proprietários, etc. e a terra para quem nela trabalha e dela precisa viver” (FERNANDES, 2000, p. 83). São com esses anseios que o movimento cresceu e se espalhou pelo país “tornando-se um dos mais importantes movimentos sociais de toda história do Brasil” reconhecido internacionalmente. Segundo o autor, “a forma de organização do movimento foi sendo desenvolvida a partir da própria luta” (MORISSAWA, 2001, p. 204), com articulações por educação nos assentamentos e acampamentos para as crianças e jovens, saúde, organização da produção, relações de gênero, participação das mulheres e assim vai se construindo um movimento social pensado para as camadas populares.

No Brasil, o MST teve várias conquistas de terras com muitos assentamentos

espalhados pelo país. A princípio a pauta essencial era a luta pela terra, como já tratado no parágrafo anterior que o movimento vai se reinventando de acordo as necessidades, conquistado o pedaço de terra, surge várias demandas para que as famílias assentadas vivam bem, a luta não para, continua, agora pela resistência. Como afirma Fernandes (2000, p. 19) “ampliaram a luta pela terra em lutas por outros direitos: educação, política agrícola, saúde etc., construindo as constituições para conquistá-los”, visto que, o campo é um espaço de disputa do capital que usa de todas as maneiras para expulsar o camponês da terra. Surge a necessidade de outros enfrentamentos enquanto movimento sem-terra, não só a luta por terra, mas a permanência nela, a auto-organização das mulheres é fundamental para a resistência.

1.5.2 A Auto-Organização das Mulheres no MST

As mulheres, apesar de não terem visibilidade e muitas vezes serem esquecidas, estão presentes em todos os espaços, na luta pela terra, na resistência e nas conquistas. Elas têm sido fundamentais no desenvolvimento das ações em todos os níveis.

Sua experiência nas ocupações, nos enfrentamentos e nas negociações, na lavoura, em suas casas e barracos de lona, nas escolas, nas associações, nas cooperativas, no jornal e nas secretarias, resultou na criação do Coletivo Nacional das Mulheres do MST. Este é um espaço de debate permanente a respeito das ações das mulheres na luta pela terra e das relações sociais em suas diferentes dimensões. (MORISSAWA, 2001, p. 212).

Na base organizativa do movimento percebeu-se a necessidade de se pensar na construção de novas relações de gênero, visto que em sua maioria a militância era masculina. Pensaram-se as questões que influenciavam as mulheres a não ter participação significativa na militância.

Em 2000, o debate do setor de gênero do MST trazia como desafio a construção de novas relações de gênero, vinculadas às relações de poder. A composição do setor era garantir a presença de mulheres e homens, desde a nucleação de base, até o setor nacional. A participação conquistada no período anterior à constituição do setor, deveria se traduzir em participação efetiva das mulheres nos espaços de decisão e os homens deveriam ajudar a construir isso (SETOR DE GÊNERO, 2018, p. 9).

A partir dessas discussões, o MST avançou enquanto organicidade, a política de composição nas equipes das instâncias estabelecidas pelo movimento deve ter o critério de igualdade de gênero. Com isso a ocupação das mulheres em coordenações cresceu bastante, por esse fator elas estão presentes nos espaços de decisão do movimento. Outra questão discutida também é a presença da ciranda infantil, especialmente nas atividades de formação, visto que são as mulheres que são responsabilizadas pelos filhos (as) e, por isso, muitas vezes elas deixavam de participar das atividades. Com as cirandas, a participação das mulheres

passou a ser efetiva e ainda se torna um espaço de formação dos(as) sem-terrinhos.

Como linhagem política do setor de gênero do MST, faz-se uma abordagem profunda de que “no modo de produção capitalista o patriarcado, assim como o racismo, torna-se base de sustentação da ordem do capital, se ampliando a partir da exploração do trabalho e da vida das mulheres.” (SETOR DE GÊNERO, 2018, p. 20).

A luta dos movimentos sociais é contra esse sistema que oprime e explora a classe trabalhadora tanto da cidade quanto do campo, é nesse sentido que a luta de classe, raça e gênero não pode ser separada. Todos(as) nós da classe trabalhadora somos atingidos(as) por esse sistema assolador, e as mulheres das camadas populares sofrem essa opressão maior ainda, é por isso que o coletivo de homens do MST escreveu uma carta no caderno de formação do setor de gênero (2018), dizendo que para construir uma nova sociedade só é possível com o feminismo. O MST enquanto organicidade nas áreas dos acampamentos e assentamentos faz constantemente esse debate, e no assentamento 14 de Agosto se demonstra bem fortalecido, construindo pessoas conscientes na transformação da sociedade opressora.

2 O ASSENTAMENTO 14 DE AGOSTO

No estado de Rondônia, a luta pela terra e reforma agrária trouxe o surgimento do Assentamento 14 de Agosto que transformou uma terra improdutiva, propriedade de um indivíduo, em um espaço coletivo de produção, dando lugar a construção da vida de muitas pessoas.

No ano de 1992, em torno de 180 famílias sem-terra de diversas regiões do estado de Rondônia se organizaram para a ocupação da fazenda Xangrila, localizada no município de Ariquemes, às margens da BR 364 dando início ao Acampamento 14 de Agosto. Todas eram famílias sem-terra com histórias semelhantes, passaram por processo de migração de outros estados do país que vieram para Rondônia, seguindo a oferta de terra para trabalhar. Ao chegarem a Rondônia, o sonho torna-se pesadelo. Muitos se tornaram arrendatários, trabalhavam como meeiros, moraram em terras de favor, outros nas terras de parentes, tendo uma vida de muitos sacrifícios, como podemos ver na pesquisa de Araújo.

Quando encontrava trabalho em outras regiões a gente saía, mudava, porque éramos arrendatários [...] o Paraná era de muito preconceito contra negro. Vim para Rondônia em busca de vida melhor [...] aqui produzia de tudo e tinha condições de rápido encontrar terra, mas não foi o que eu encontrei [...] Eu vim de pau de arara, foi difícil [...] a terra que eu mesmo vim encontrar foi aqui, depois de muitas outras tentativas frustradas. (PRATES apud ARAÚJO, 2016, p. 104).

Geralmente essas famílias tinham muitos filhos e filhas, crianças pequenas,

enfrentando muitas necessidades para sobreviver. Dessa forma, a luta pela terra passa a ser necessidade, conforme afirma a entrevistada:

Quando viemos para o acampamento morávamos lá na linha eletrônica, eu mesmo nem sabia nem que existia acampamento, as crianças eram todos pequenos. Foi um companheiro lá fazer uma reunião, fez a reunião e falou que com oito dias voltava para afirmar se vinha para o acampamento ou não, voltou lá e a fez reunião, perguntou se nós já tínhamos definido se vimos, definimos que íamos para o acampamento, marcou o dia de nós irmos para o acampamento. (informação verbal)⁶.

As famílias permaneceram em torno de quatro anos nos barracos de lonas, crianças, mulheres e homens, todos na luta para conquista da terra. Muitas foram as dificuldades encontradas desde a luta por subsistência ao enfrentamento com a polícia demandada pelo governo com ordens de despejo, “um processo de luta e resistência” como diz uma acampada que veio com os pais aos seus onze anos de idade.

Quando vim para o acampamento eu tinha de onze a doze anos, já estava na fase da adolescência, com a família, ainda estava no processo de estudar, estudei o primário, aí a gente ficou no acampamento no período de três anos, nós sofremos consequência de despejo, na época era criança, mais recorde de bastante coisa de todo o processo de luta de resistência (informação verbal)⁷.

Afirma ainda que “a participação das mulheres e das crianças era bem grande, era bem boa apesar de todo machismo dos homens, mas as mulheres conseguiam participar das coisas, na hora da resistência principalmente, sempre foram as primeiras junto com as crianças.” (informação verbal)⁸. Cida diz: “as mulheres que assumiam a frente da segurança durante o dia, em forma de revezamento”. A entrevistada recorda, “estava grávida, mais me lembro que as mulheres que lideravam a segurança, os homens ficavam um pouco atrás. Ali a gente se juntava pra jogar conversa fora, não tinha medo de nada.” (informação verbal)⁹.

De acordo com a pesquisa realizada, percebe-se que a participação das mulheres na época do acampamento era fundamental e protagonista, pois elas participavam frente as coordenações da organização do acampamento. Como explica uma das mulheres acampadas da época, “as mulheres eram as que estavam à frente de tudo das coisas, da coordenação de cantina, coordenação do acampamento, essas coisas assim, quando vinha doações para o acampamento as mulheres estavam junto à frente na organização, na cantina, nas reuniões, na escola.” (informação verbal)¹⁰. Dessa forma participavam ativamente nas lutas, destaca-se a resistência delas com as crianças no embate frontal com a polícia.

⁶ Informação concedida por Maria, em entrevista no assentamento 14 de Agosto em 2019.

⁷ Informação fornecida por Luna, em entrevista no assentamento 14 de Agosto em 2019.

⁸ Id. 2018.

⁹ Informação fornecida por Cida, em entrevista no assentamento 14 de Agosto em 2019.

¹⁰ Informação concedida por Maria, em entrevista no assentamento 14 de Agosto em 2018.

Foram três anos em regime de acampamento, após esse período as famílias se organizaram por iniciativa própria e fizeram as demarcações dos lotes e assim deram início às construções das moradias e plantações:

Em 94 após um decreto de desapropriação (que depois foi anulado) começa uma agitação interna para passar a corda (autodemarcação), isto acelerou a discussão que vinha sendo feita da demarcação em agrovila, que era o nome dado a uma proposta que tem notícias de ser a primeira no Brasil [...] da demarcação em núcleos de moradia, onde tem uma área comunitária ou social e cada família mora na frente do seu lote que inicia com largura de 30 a 100 metros e se alarga para fundiária. Em 95 sai a autodemarcação e 19 famílias das 42 que permanece no acampamento adere a nova forma de demarcação da terra, a agrovila, como ficou conhecida (LEÔNCIO apud ARAÚJO, 2009, p. 117).

Dessa forma como ficou distribuído os lotes em formato de raio de sol, as moradias ficaram bem próximas umas das outras e no centro do assentamento foi construída a escola para alfabetização das crianças. Além do acesso a escola, torna-se espaço de convivência, pois, as trocas de conversas e proximidade com os vizinhos tornam-nos organizados. Durante anos, o assentamento sobreviveu com inseguranças, mesmo com tantas plantações e estruturas havia ainda a disputa da terra com o fazendeiro, com ameaças de despejos, permanecendo anos por lutas de negociações do estado com o dono da terra. No dia 19 de dezembro de 2009, após uma audiência pública foi definido a posse da terra para os assentados, finalmente a grande conquista da terra, enfim as famílias obtiveram o documento tão esperado, após tantos anos de luta. “Passamos 16 anos, sobre lutas, pressões, dificuldades, conquistas e derrotas, para finalmente chegarmos há uma procedência normal de aquisição de terras com dinheiro público” (ARAÚJO, 2016, p. 128).

Aquela terra pertencente a um só dono torna-se espaço de vida de várias famílias, construindo suas histórias. Como já vinha acontecendo, as famílias continuaram o cultivo da terra, agora cada um no seu lote e com mais alternativas para propiciar a produção. Com a conquista do documento as famílias passaram a ter acesso a créditos. Além de créditos para produção, foi acessado também o crédito habitacional para construções das casas de alvenarias.

As transformações foram chegando ao decorrer do tempo, contudo a grande diversidade de produção já não tem prioridade, devido à adequação ao sistema econômico pecuarista de Rondônia. São encontradas dificuldades geradas pelos ataques de animais nas lavouras e políticas de incentivos, a principal atividade econômica da grande maioria das famílias passa a ser a criação de gado, adequando-se a cultura do agronegócio. Desse modo, a paisagem das roças passa a ter características uniforme, mesmo assim, o assentamento apresenta uma grande diversidade nos quintais.

2.1 Organização Produtiva e o Trabalho das Mulheres

A agricultura camponesa é além de uma forma de produzir uma forma de viver, apesar de estar cada vez mais sendo desconstruída pelo incentivo do modelo de produção do agronegócio ainda se cultiva uma relação diferente entre as pessoas com a terra.

A agricultura camponesa [...] é um modo de vida, de trabalhar a terra, fazer agricultura, e de viver das famílias, com isso, a mesma pressupõe uma relação harmoniosa com a natureza. Produzindo, preservando, ao mesmo tempo ela se fortalece como uma resistência ao modelo de agronegócio, ao assumir a produção a partir dos princípios da agroecologia, da luta por terra e território, da construção de identidades e de transformação da sociedade (RODRIGUES, 2017, p. 32).

Nesse sentido, no trabalho camponês, a diversificação da alimentação é basicamente produzida pelo cuidado das mulheres, principalmente nos quintais, é nele que se cultiva a horta, que se planta a mandioca, o inhame, o abacaxi, além da criação de galinhas que fornece os ovos e a criação de porcos que fornece a carne e a banha. Todo esse trabalho contribui para as despesas da família, evitando a compra no mercado. Além de economizar, a família consome um alimento mais saudável e diversificado.

As camponesas produzem alimentos, participam dos espaços de comercialização que criam condição a sua autonomia, dessa maneira, no trabalho camponês tem a participação de todas e todos. Como já vimos anteriormente, vendo essa participação das mulheres em todas as atividades como protagonistas, o trabalho que envolve a casa, cuidado das crianças, cuidado com idosos não é distribuído igualmente, na maioria das vezes ficam a cargo das mulheres. Ao discutir a educação escolar dos filhos(as), percebe-se que o envolvimento em acompanhar as crianças nas reuniões da escola e nas atividades tem participação significativa das mulheres.

Há participação social nos espaços de convivência da comunidade, nós mulheres estamos presentes no campo de futebol e nas coordenações da igreja, mas vemos que esses espaços manifestam de forma significativa o machismo, por mais que as mulheres estão ali, não são equiparadas nos direitos aos homens. As responsabilidades de cuidar dos filhos(as) sobressaem a elas, os homens se sentem livres nesses espaços, não tendo compromissos iguais com as limpezas do espaço, na preparação do alimento e a venda para arrecadar fundos em benefícios coletivos. É principalmente nesses espaços que são identificados a autoridade do marido sobre a esposa.

Por mais que as mulheres se identificam como independentes nas decisões para sair de casa e de participar das atividades, há dificuldades de se locomover por geralmente não saber conduzir veículos. Só saem quando o marido pode ou quer ir com elas, essa problemática

envolve questões de falta de políticas públicas para o campo que não disponibiliza transportes exceto o escolar para atender a população, realidade que atinge o assentamento.

O fato de necessitar do dinheiro, que geralmente é o homem que conduz, responsabilidades da casa, filhos(as) e o preparo da comida, são fatores que automaticamente nos prendem de participarmos do que desejamos, privando de estarmos onde queremos estar.

A medicina alternativa é bem utilizada pelas famílias camponesas, em cada quintal encontram-se diferentes espécies de plantas medicinais, esse tipo de tratamento, acredita-se que é uma forma natural de prevenir e tratar a raiz da doença, além de se tornar viável economicamente para não depender de remédios farmacêuticos. São as mulheres que basicamente tem o cuidado com as plantas, estão sempre atentas em reproduzir e buscar diversidades, além de serem as que fazem o preparo dos chás, são elas que mais dominam o conhecimento para que tipo de tratamento serve cada planta.

No assentamento algumas famílias optaram por organização de trabalho com uma diferente forma de relação com a terra e o ser humano. São dois grupos que de forma coletiva e com iniciativas de produção orgânica se interessaram em desenvolver o trabalho com hortas como fonte de renda e demais produtos de feiras. O grupo Coletivo 14 de Agosto, composto por atualmente sete famílias, com 16 anos de experiência. E a outra experiência mais recente aonde vem trabalhando juntos por pessoas do mesmo parentesco. Essas experiências de organização coletiva vêm demonstrando alternativas para resistência camponesa.

O coletivo 14 de Agosto iniciou em 2003 com dez famílias, nas quais resolveram coletivizar a cozinha, as terras e os trabalhos. Essa ideia de cooperativismo agrícola já vinha sendo debatido dentro do assentamento, principalmente por militantes do MST, que entendiam a forma de organização da produção, discutidas pelo movimento para os assentamentos da reforma agrária.

A prática da cooperação é, para o MST, um grande instrumento pedagógico para a construção do ser social. Ela permite ao trabalhador rural romper com a auto-suficiência e o individualismo, e acreditar no êxito da aplicação da força conjunta na produção e nos serviços ligados à sua atividade. Indo um pouco mais além, cooperação é ‘uma forma de organização por meio da divisão social do trabalho’ (MORISSAWA, 2001, p. 230).

A cooperação começa desde a época de acampamento “que por si só é um coletivo”¹¹ e vai progredindo para o assentamento. Inicialmente foi se dando em forma de mutirão das limpezas das roças, da escola e do espaço da associação, que existia na época, nessa organização das famílias foi se produzindo o interesse em trabalhar juntos. Algumas pessoas

¹¹ Fala de um assentado em uma reunião no dia 11 de maio de 2019 (Diário de campo, 2019).

pensaram em ampliar essa coletivização e formaram o grupo do pasto, em um espaço que já existia pastagem antes de consolidar o acampamento, ali mulheres e homens participavam das atividades coletivamente.

Os dois grupos estabelecem uma organização produtiva baseada no princípio agroecológico. A agroecologia “edifica-se pela relativização ou eliminação de alguns elementos consagrados, comprovadamente negativos do ponto de vista cultural, social e ambiental.” (EMBRAPA, 2006, p. 25), tem-se uma preocupação com a terra, em se alimentar saudavelmente e ter o cuidado com o consumidor que por sua vez estará colocando alimento livre de venenos na mesa.

Pensando nisso, foi discutida a necessidade de ter espaço de comercialização específico na cidade de Jarú (RO) que fica há trinta quilômetros do assentamento, para vendas da produção orgânica. Com a organização juntamente com pessoas aliadas foi cedido o espaço da igreja católica, comunidade São Benedito para a realização da feira, que acontece às sextas-feiras, além dessa feira são feitas vendas nas linhas vizinhas. O trabalho assim como é feito na comercialização dos alimentos orgânicos, passa a ser uma consciência política.

Fazer a transição para a agroecologia moveu-se de reflexões e estímulos discutidos dentro dos movimentos sociais vigentes no assentamento, o MST e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), que tem atuantes na militância no assentamento. Os movimentos fazem o debate para a construção de uma sociedade mais justa e saudável, contrapondo o modelo de produção da agricultura convencional. Nessa preocupação, essas pessoas se comprometeram em agir com respeito ao meio ambiente, de poder ter uma boa alimentação e de levar à população alimento saudável, além disso, ter renda em um trabalho que envolve toda a família.

Como vimos, além do compromisso com a agroecologia, tem-se uma preocupação nas relações entre as pessoas, cria-se um afeto de familiaridade, por estar a maior parte do tempo juntos. O importante da coletividade é a desconstrução do individualismo, para construção de um novo sujeito “procurando fazer com que eles rompam com velhos hábitos e conceitos e revolucionem seu modo de ser.” (MORISSAWA, 2001, p. 232). Hábitos reproduzidos culturalmente que com a coletividade e o vínculo com a formação com base nos movimentos sociais vão sendo transformados.

O grupo coletivo em seus primeiros momentos de experiências tinha muitos vícios ligados ao patriarcado, especialmente nos trabalhos da roça, na qual, envolvia todos e todas, já no ambiente da cozinha e do cuidado, era destinado somente às mulheres adultas do grupo. Como explica uma das entrevistadas que fazia parte das cozinheiras da época, “antes o

homem não cozinhava, só tinha a divisão de tarefa de lavar as vasilha, mas só a questão da comida que os homem não fazia” (informação verbal)¹², era de responsabilidade delas assumirem este trabalho.

Foram muitos questionamentos, estudos e discussões em relação à igualdade nas relações de gênero, a princípio era uma cozinheira só que trabalhava em forma de revezamento semanal, no decorrer de anos. Dessa forma, foram adoecendo sentindo muito cansaço por ser um trabalho que exigia muito delas, então o grupo fez uma política de reorganização com equipes de duas mulheres. Foram novamente muitos anos dessa maneira.

Sabendo que as mulheres estão em todos os trabalhos, nas coordenações, então houve outra reorganização, desta vez a discussões avançou na questão da divisão sexual do trabalho, ficou decidido que seria um casal. Mais do que ser um casal é a responsabilidade de pôr também a mão na massa, na qual, a sociedade acredita ser natural da mulher cozinhar. Violeta fala que os homens “tem muita responsabilidade, muito compromisso, eu acho que é um compromisso muito grande deles de cozinhar coisas bem feitas, aquela responsabilidade com as crianças com tudo”(informação verbal)¹³, são atitudes que vai se naturalizando e tornando compromisso deles, avanço expressivo no rompimento da divisão sexual do trabalho.

No grupo os trabalhos domésticos ele assim, pela visão capitalista que tem, é lavar vasilha, é cozinhar e torrar café, é varrer a casa, então esses são os trabalhos domésticos vistos pelo sistema, nós dividimos isso como trabalho. Então ele é trabalho independente se é doméstico ou não (GENIVALDO apud NÓBREGA, 2003, p, 222).

Nos trabalhos coletivos em si desenvolvidos durante a semana, tem avançado na desconstrução das relações patriarcais, os homens especialmente os mais jovens assumem todas as atividades que são naturalmente definidas na sociedade patriarcal como femininas, as mulheres ocupam os espaços das coordenações e da militância. Ao se tratar dos finais de semana quando os trabalhos são destinados basicamente às atividades domésticas, encontram-se muitos desafios. Tem tido mudanças significantes, problematizo esse espaço individual na intenção de expandir uma reflexão para famílias que vivem tradicionalmente, mas que não tem acesso a formação para possíveis transformações nas relações. Procuro na subseção a seguir demonstrar essas barreiras que precisam ser quebradas.

2.2 A Manifestação do Patriarcado na Divisão Sexual do Trabalho no Espaço Doméstico ou Privado

As mulheres, em conjunto com o marido fazem os trabalhos na roça, no quintal, com

¹² Informação concedida por Violeta, em entrevista no assentamento 14 de Agosto em 2019.

¹³ Id. 2019.

as criações todas as atividades camponesas, como reforça Marques (2017, p. 79) “a força de trabalho das mulheres camponesas na lavoura é tal qual a dos homens, porém o trabalho doméstico não tem o mesmo peso”. Dessa forma, percebe-se que no ambiente doméstico os homens não tem tanta participação, com isso o cuidado com as crianças e os trabalhos da casa fica especificamente sendo responsabilidade da mulher, assim torna-as sobrecarregadas, não que o homem deixa de “ajudar”, como diz a entrevistada Luna, integrante que trabalha juntamente com os familiares, “o homem acha que é obrigação da mulher fazer, se a mulher não tiver cobrando não faz. Sempre vai ter aquela pessoa que sobrecarrega.” (informação verbal)¹⁴. Ou seja, nas divisões das tarefas domésticas o machismo é bem presente, sobrecarregando a mulher como se esse trabalho não tivesse tanta utilidade e não fosse obrigação masculina:

Por mais que o homem vai limpar uma casa, ele não tem aquele sentimento assim, de fazer por satisfação, parece que sempre está contribuindo com a gente, diferente de uma roça, que eles têm a preocupação de fazer tudo na roça, a casa não, é contribuindo, ‘se eu limpei o chão eu já contribuí porque o resto a mulher arruma’, aí a sobrecarga, por exemplo, catar piolho, fazer uma tarefa, você não vê o homem preocupando com isso, eles não vê que é um trabalho de sobrevivência (informação verbal)¹⁵.

São trabalhos destinados às mulheres, não visibilizados, desconsiderados como necessários para a vida, condicionando cansaço físico e mental, que de acordo com Cisne (2012, p. 109) “essa divisão segmenta os trabalhos de homens e de mulheres e hierarquiza tais trabalhos de forma a subalternizar os considerados naturalmente femininos em relação aos considerados naturalmente masculinos”. Maria fala de como é a contribuição do marido nos trabalhos da casa:

O companheiro lava as vasilhas quando ele bem quer, já lavou as vasilhas não tem mais serviço da casa, então sobra pra mim porque nós não temos só um, a mulher não tem só um serviço dentro de casa, tem vários. E se falar, ele fala: não, eu já lavei as vasilhas. Sobra pra mim (informação verbal)¹⁶.

No sistema capitalista, os afazeres diários das necessidades básicas e essenciais do ser humano não são considerados trabalho porque não produz mercadoria, assim não é lucrativo valorizar essa tarefa que é naturalmente determinado ao feminino. “A diferença entre trabalho doméstico de trabalho produtivo acaba reforçando os papéis atribuídos a mulheres e homens e mantendo a desigualdade, muitas vezes confundida com diferença” (MARQUES, 2017, p. 80), é por isso que as mulheres se tornam dependentes do homem, reforçando o patriarcado.

¹⁴ Informação fornecida por Luna, em entrevista no assentamento 14 de Agosto em 2019.

¹⁵ Informação concedida por Léia, em entrevista no assentamento 14 de Agosto em 2019.

¹⁶ Informação fornecida por Maria, em entrevista no assentamento 14 de Agosto em 2019

Culturalmente a sociedade impõe esses afazeres como obrigação feminina, mesmo que a mulher trabalhe fora, deixa sobre responsabilidade delas como se não fosse trabalho. Muitas não saem de casa por essa imposição de ser competente como dona de casa:

A subordinação da mulher e os dons ou habilidades ditas femininas são apropriados pelo capital para a exploração da força de trabalho, pois, as atividades e trabalhos desenvolvidos por mulheres - ao serem vistos como atributos naturais, extensões de habilidades próprias do gênero feminino - são considerados dons e não trabalho (CISNE, 2012, p.114).

Dessa maneira, esses afazeres são desvalorizados, não tendo distribuição de tarefas igualitárias entre o homem e a mulher, acarretando problemas de saúde como a grande carga de estresse e a depressão. Percebe-se que reclamações referentes a grande sobrecarga do trabalho feminino é generalizada por grande parte das mulheres. “O homem quando está em casa não preocupa se o ambiente está desorganizado, se tem criança para cuidar ou se tem alguma coisa para fazer, geralmente senta-se para assistir televisão ou descansar, deixando a mulher muito estressada e revoltada desabafando sobre seu cansaço por achar que sua vida está muito sobrecarregada” (Diário de campo, 2019). Essa sobrecarga é característica da divisão sexual do trabalho empregada pela sociedade patriarcal capitalista, mantendo a tripla jornada de trabalho.

Não posso deixar de ressaltar que por mais que ainda existem manifestações significantes do machismo, viver coletivamente vem transformando cada dia mais essas relações. Destacam-se algumas famílias que já deram um salto, rompendo com essas formas de divisão sexual do trabalho, os trabalhos domésticos passam a ser responsabilidade conjunta.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração os aspectos levantados, entende-se que, o patriarcado que surgiu por sua vez lá no escravismo, não acabou, foi se transformando com o processo histórico, manifestando-se ainda nos dias de hoje, de forma diferente. O rompimento da sociedade primitiva com as relações de solidariedade e partilha, impregnados pela propriedade privada construiu indivíduos competitivos que se dominam entre si. As descobertas feitas pela humanidade como o domínio das técnicas e a descoberta da agricultura proporcionaram muitos ganhos para a humanidade enquanto espécie, por outro lado transformou as relações estabelecidas comuns entre os seres humanos.

Temos que compreender que as formas de dominação e exploração têm que ser analisadas, levando em conta as categorias de gênero, raça e classe. Há uma hierarquia, a

mulher quando negra e pobre sofre ainda mais do que a mulher branca e rica que por sua vez é inferior ao homem branco e rico. A história nos mostrou essa ordem em vários momentos da sociedade, por exemplo, no século XIX, a exploração do trabalho e a dupla opressão do sexo feminino, no período colonial a dominação da raça negra. E assim prevalecem à ordem na sociedade hoje. No entanto, essa ordem imposta pela elite deixa muitas inconformidades que fez o povo oprimido se organizar e lutar pela mudança. Trago na pesquisa o MST, um movimento do povo que luta pela terra, que constrói novas relações e as mulheres estando presentes nos enfrentamentos e nas organizações.

Na pesquisa a organização do trabalho coletivo demonstrou contribuição na formação dos sujeitos na construção de relações de igualdade de gênero. A prática coletiva tem compromisso de produzir com respeito ao meio ambiente, saúde das pessoas e desconstrução do individualismo, tornando-se um espaço de formação para desconstruir velhos hábitos dissociáveis a uma sociedade justa.

Os desafios que o coletivo tem para a superação do patriarcado se apresentaram nas observações feitas e nas entrevistas, em se tratando dos trabalhos nos finais de semanas quando passa a ser individual, a divisão sexual do trabalho pode ser questionada, é ainda considerada contribuição/ajuda e não de fato trabalho. A sobrecarga de trabalhos relacionados ao ambiente da casa é um fator sufocante para as mulheres, também reconhecido como ambiente destinado ao feminino, porém, vem se tornando debate, em torno disso, na qual se estabelece uma construção de mudança sendo desconstruído a cada dia, principalmente pela juventude. Há ainda, a necessidade de fazer um trabalho de formação com as pessoas mais experientes.

Finalizo essa pesquisa, acreditando que é necessário serem aprofundadas as contribuições das relações coletivas e a formação dos movimentos sociais, na perspectiva de construir novas relações de igualdade entre as pessoas. “O lugar das lutas emancipatórias se constitui dessa forma, com continuidades e discontinuidades, avanços e desafios” (NÓBREGA, 2003, p. 243). Desconstruir relações de inferioridade e dominação é possível quando se está indignado(a) contra esse sistema que oprime e explora as pessoas, quando está disposto(a) a questionar e aprender a romper hábitos construídos em todo fluxo de uma história. Educar-se em coletivo mostra as possibilidades de enxergar barreiras e avançar na construção de um mundo mais humano.

**UCHA Y PROTAGONISMO DE LAS CAMPONESAS EN LA CONSTRUCCIÓN DE
"OTROS MUNDOS POSIBLES"**

RESUMEN

Este artículo, titulado "La lucha y el protagonismo del campesinado en la construcción de 'otros mundos posibles', trata sobre el análisis del trabajo de las mujeres en el asentamiento 14 de Agosto, en el municipio de Ariquemes (RO), como base para nuevas formas de vida en la perspectiva de superando el patriarcado. Su principal objetivo es presentar el papel fundamental de las mujeres en la construcción de nuevas formas de vida para la autosuficiencia. El objetivo también es entender si hay una división sexual del trabajo; problematizar los espacios privados de la casa y; Comprender si las relaciones de género son igualitarias. Se justifica por el hecho de que las obras domésticas son espacios que representan manifestaciones machistas y que con la contribución de la vida cotidiana en la organización colectiva presenta la posibilidad de construir nuevas relaciones, este artículo demuestra a la comunidad académica estas preguntas. La metodología que guía el trabajo es la investigación participante con trabajo de campo, que involucra entrevistas y observaciones en los espacios de convivencia de mujeres. Hay seis entrevistados, tres del Colectivo 14 de Agosto y tres que no están integrados en el colectivo, pero son parte del acuerdo. La lucha feminista tiene como objetivo superar el patriarcado, en el caso de la investigación, la lucha de las mujeres es con la producción colectiva y la lucha por la tierra. La investigación mostró que la organización colectiva crea posibilidades para la construcción de nuevas relaciones sociales.

Palabras clave: mujeres. Producción colectiva. Patriarcado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARTIGO 19. **Dados sobre feminicídio no Brasil**. Disponível em: <https://artigo19.org/wp-content/blogs.dir/24/files/2018/03/Dados-Sobre-Feminicídio-no-Brasil->. Acesso em: 20 abr. 2019

BOCK, Ana Mercê Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lurdes Trassi. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 13. Ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

CALAÇA, Michela; CONTE, Isaura Isabel; CINELLI, Catiane. Feminismo camponês e popular: uma história de construções coletivas. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, Rio Grande do Sul, v. 3 n. 4 2018.

CINELLI, Catiane; SANTOS, Ribeiro dos Santos. Feminismo agroecologia e sustentabilidade. In BONI, Valdete; MARQUES, Siomara Aparecida; MOHR, Naira Estela Roesler; BASTIANI, Tania Mara (org.). **Organização produtiva de mulheres e produção de autonomia por meio do estímulo à prática agroecológica**, Tubarão- SC:. Copiart, 2015.

COLLINS, Patricia Hill. Em direção a uma nova visão: Raça, classe e gênero como categoria de análise e conexão. In: MORENO, Renata (org.). **Reflexões e práticas de transformação feminista**. São Paulo: SOF, 2015.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4248256/mod_resource/content/0/Angela%20Davis_Mulheres%2C%20raca%20e%20classe.pdf. Acesso em: 26 abr. 2019.

EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Marco referencial em agroecologia**. Brasília, DF: Embrapa informação tecnológica, 2006.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. 2. ed. Petrópolis-RJ, Vozes, 2000.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: editora brasiliense, 1981.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: atlas, 2003.

MORISSAWA, Mtsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MURARO, Rose Marie. **A mulher no terceiro milênio**. Rio de Janeiro: Ed. Rosa dos Ventos, 1993.

MURARO, Rose Marie. **Um mundo novo em gestação**. Campinas: Ed. Versus, 2003.

NÓBREGA, Juliana da Silva. **A produção da vida como política no cotidiano: A união de terras, trabalho e pannels no “Grupo Coletivo 14 de Agosto”, em Rondônia**. Tese (Doutorado em Psicologia Social)-Instituto de psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

RODRIGUES, Sandra Marli da Rocha. Mulheres do Movimento das Mulheres Camponesas/PR. In: BONI, Valdete; PERON, Lucélia; MARQUES, Siomara Aparecida; MOHR, Naira Estela Roesler; BASTIANI, Tânia Mara de (org.). **Organização produtiva de mulheres e promoção de autonomia por meio de estímulo à prática agroecológica: Relatos de uma vivência**. Tubarão-SC: Copiart, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Rio de Janeiro: Editora vozes, 2013.

SETOR de Gênero e Coletivo de Cultura: caderno de formação setor de gênero. [s. l.]: Ed. Actaliança, 2018.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de. **Luta, territorialização e resistência camponesa no**

leste rondoniense (1970-2010). 2011.361 f. Tese (Doutorado em geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG, 2011.